



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000445197**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002758-42.2024.8.26.0438, da Comarca de Penápolis, em que é apelante JOSEFINA APARECIDA PICCINATO PINHEIRO, é apelado AAPB ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 1) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AFONSO BRÁZ (Presidente sem voto), ROSANA SANTISO E PAULO SERGIO MANGERONA.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

**DOMINGOS DE SIQUEIRA FRASCINO**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Apelação Cível nº 1002758-42.2024.8.26.0438**

**Apelante: Josefina Aparecida Piccinato Pinheiro**

**Apelado: Aapb Associacao dos Aposentados e Pensionistasdo Brasil**

**Comarca: Penápolis**

**Voto nº 8413**

**DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL RECONHECIDO. RECURSO PROVIDO.**

**I. CASO EM EXAME**

Apelação cível interposta contra sentença que julgou parcialmente procedente ação declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com indenização por danos materiais e morais, determinando a suspensão de descontos mensais realizados em benefício previdenciário da autora, a declarar a inexistência de vínculo associativo com a entidade ré e condenando-a à devolução em dobro das quantias indevidamente descontadas. A autora pleiteia, em sede recursal, a condenação ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 e a majoração dos honorários advocatícios.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

Há duas questões em discussão: (i) definir se há responsabilidade civil pela prática de desconto indevido sem prévia autorização da autora, configurando violação a direitos do consumidor; (ii) estabelecer o cabimento e o valor da indenização por danos morais decorrentes da conduta da ré.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

A ausência de manifestação de vontade da autora para associação à entidade ré e, por conseguinte, para a contratação do serviço, atrai a incidência do artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor, reconhecendo-se sua condição de consumidora por equiparação.

Nos termos do artigo 373, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, e do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, incumbe ao fornecedor o ônus de comprovar a existência da relação contratual, ônus do qual a ré não se desincumbiu.

A prática de desconto indevido em benefício previdenciário de pessoa idosa, sem autorização expressa, configura conduta abusiva, ensejando violação à boa-fé objetiva e à dignidade do consumidor, gerando direito à reparação por dano moral.

A fixação da indenização por dano moral no valor de R\$

**5.000,00 observa o pleito da inicial, bem como os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando a jurisprudência da Turma julgadora para casos semelhantes, a gravidade da conduta ilícita e o caráter pedagógico da condenação.**

**A atualização monetária incidirá a partir da publicação do acórdão, e os juros de mora serão calculados com base na taxa SELIC até a entrada em vigor da Lei nº 14.905/2024, quando passam a incidir os critérios definidos por essa norma.**

#### **IV. DISPOSITIVO E TESE**

**Recurso provido.**

**Tese de julgamento:**

**A cobrança de contribuição não autorizada em benefício previdenciário configura prática abusiva e enseja reparação por dano moral.**

**Incumbe ao fornecedor o ônus da prova da contratação, nos termos dos artigos 373, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, e 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.**

**A indenização por dano moral decorrente de desconto indevido em benefício previdenciário deve observar os critérios da proporcionalidade, da gravidade do dano e da jurisprudência para situações semelhantes.**

#### **Vistos.**

A autora apela da r. Sentença cujo relatório se adota (fls. 84/90), da qual constou o seguinte dispositivo: “1- Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para: A) DEFERIR A TUTELA E DETERMINAR DE IMEDIATO a suspensão do desconto no benefício previdenciário da parte autora, sob nº NB 136.829.760-6, no tocante ao contrato relacionado ao valor R\$ 28,24 "CONTRIBUIÇÃO AAPB", bem como ao réu 'ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL – AAPB', que se abstenha de promover/determinar/requerer novos descontos no benefício previdenciário supra, relativamente ao contrato aqui mencionado; B) DECLARAR a inexistência dos débitos e da relação jurídica de filiação ou associação da parte autora à parte requerida, devendo esta abster-se de realizar descontos mensais das contribuições no

benefício da parte autora com base na filiação ora impugnada, bem como cancelar eventual vínculo associativo de forma definitiva. Ainda, CONDENO a parte requerida a pagar à parte autora, a título de danos materiais, o valor referente às contribuições descontadas junto ao benefício desta, em dobro, mediante apresentação da comprovação dos descontos em sede de cumprimento de sentença, tudo corrigido monetariamente, desde o desembolso, pela Tabela Prática do TJSP, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. da parte contrária que fixo por equidade em 10% sobre o valor atualizado da causa, vedada a compensação, nos termos dos artigos 86, caput, c/c artigo 85, §§ 2º e 14, ambos do CPC, respeitada a Justiça Gratuita deferida à parte requerente. 2- Diante da sucumbência parcial, condeno as partes ao rateio das custas e despesas processuais, bem como condeno-as ao pagamento de honorários advocatícios do patrono.

A apelante sustenta em suas razões recursais que a indenização por danos morais deve ser fixada em R\$ 10.000,00, ante a gravidade da situação descrita, consistente na ausência de comprovação da regularidade da contratação. A verba honorária deve ser majorada (fls. 97/108).

O recurso foi interposto sem recolhimento do preparo, ante a gratuidade deferida a fls. 20, sendo tempestivo e havendo cumprido com os requisitos de admissibilidade.

A ré produziu contrarrazões a fls. 113/121.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

### **É o relatório.**

O caso dos autos assim se apresenta: a apelante ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica em face da apelada, em vista de descontos indevidos por essa praticados.

O recurso comporta provimento.

A causa de pedir do apelante está fundamentada na ausência de seu consentimento em relação à cobrança mensal, em seu benefício previdenciário, de contribuição denominada “CONTRIBUIÇÃO AAPB”.

Em razão disso, o CDC torna-se aplicável ao caso, pois a imputação de responsabilidade por negativa de contratação constitui aparente defeito de segurança na prestação dos serviços do fornecedor, equiparando-se a consumidor quem dele foi vítima, a despeito da inexistência de relação legítima entre as partes, nos termos do artigo 17 do CDC.

Dito isso, da simples negativa da contratação, desponta a hipossuficiência do consumidor para produção da prova do fato que constitui seu direito de ver desconstituída a mencionada contratação, de modo que, diante da facilidade de obtenção da prova, a técnica processual impõe ao fornecedor o ônus de produzi-la. Ou seja, nos termos dos artigos 373, § 1º, do CPC, e 6º, inciso VIII, do CDC, cabe ao fornecedor a prova da contratação negada pelo consumidor.

O dano moral deve ser reconhecido, pois, além de cobrar valores indevidos, a apelada cometeu prática abusiva ao prevalecer da hipossuficiência da consumidora idosa para venda de serviços por telefone.

Em relação à extensão dos danos morais, como bem sustenta Rui Stoco, em sua clássica obra de responsabilidade civil, *“a indenização da dor moral há que buscar duplo objetivo: condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo, desestimulando-o da prática futura de atos semelhantes, e, com relação à vítima, compensá-la pela perda que se mostrar irreparável e pela dor e humilhação impostas, com uma importância mais ou menos aleatória. Evidentemente, não haverá de ser fonte de enriquecimento injustificado da vítima, nem poderá ser inexpressiva a ponto de não atingir o objetivo colimado, de retribuição do mal causado pela ofensa, com o mal da pena.”*

("Tratado de Responsabilidade Civil, Doutrina e Jurisprudência", editora RT, 7ª edição, 2007, São Paulo, 1708).

É preciso, portanto, que haja moderação na fixação do dano moral, a propósito de se evitar enriquecimento ilícito da parte a ser indenizada, bem como garantir que o arbitramento não seja representado como quantia ínfima por quem cometeu o ilícito, o que inviabilizaria o propósito de dissuasão presente no instituto.

Para a fixação do dano moral também devem ser consideradas as condições das partes, a gravidade da lesão, o potencial econômico do ofensor e a necessidade de a condenação servir de desestímulo a práticas futuras.

A quantia paga em dinheiro para a parte ofendida deve representar para esta uma satisfação psicológica capaz de minimizar o sofrimento impingido.

Fixa-se, assim, o valor da indenização em R\$ 5.000,00, por ser tal o aplicável por esta E. Turma IV para casos congêneres, como se pode ver pela ementa abaixo reproduzida da AC 1006188-53.2023.8.26.0400, Rel Léa Duarte, j. 26.8.24:

“CONTRATOS BANCÁRIOS. DIREITO CONSUMERISTA. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NULIDADE DE EMPRÉSTIMO POR CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESTITUIÇÃO DOBRADA DO INDÉBITO. DESVIO PRODUTIVO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REFORMA DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.

1. Autora que admitiu contratação de cartão de crédito consignado, havendo nos autos comprovação de seu uso. Rechaçou, contudo, o empréstimo incluído posteriormente no cartão. Banco que tangenciou as

alegações da autora e limitou-se a reiterar a regularidade da contratação do cartão. 2. Inexistente contrato de empréstimo. Descumprido o dever de informação (art. 52, 54-B do CDC). Abusividade do banco ao cobrar por empréstimo não contratado, prosseguindo com os descontos apesar da impugnação da autora (violação dos arts. 46 e 54-G, I, II e III, do CDC). 3. Indenização por danos morais fixada em R\$ 5.000,00, considerando a prática abusiva e lesiva do banco ao impor a recusada contratação de empréstimo, forçando a autora a buscar pelo Judiciário, não obstante as exaustivas tentativas de solução extrajudicial. Conduta arbitrária que desviou o tempo produtivo da autora.

4. Sabido que o mero desconto indevido não causa dano moral indenizável, mas, diante de ilícito que compromete benefício previdenciário (verba alimentar), há ofensa moral que supera o mero dissabor. Presente dever de indenizar (arts. 6º, IV e VI, 14 e 54-D, I e §ú, do CDC).

5. Obscuridade e dubiedade na formação do contrato. Operação bancária que não observou as instruções normativas 28/2008 e 138/2022 do INSS e Resolução 3.694/2009 do CMN. Ausente contrato escrito com redação clara e objetiva do empréstimo impugnado pela autora. Banco que subtraiu o direito à livre escolha e tomada de decisão. 6. Contexto fático- probatório dos autos que revelam sucessivas violações de direitos e, com isso, erros inescusáveis. Conduta do banco que contraria a boa-fé objetiva. Hipóteses que, juntas, atraem aplicação da sanção do art. 42, §ú, do CDC. 7. Sentença reformada. Recurso parcialmente provido para declarar inexistente o empréstimo de R\$ 1.345,00, nos termos dos arts. 39, III, 46, 51, XV e 54-D, I e §ú do CDC; condenar

o requerido à restituição dobrada do indébito, nos termos dos arts. 42, §ú, e 54-G, I, II e III, do CDC, cujo valor deverá ser corrigido pela Tabela Prática do TJ/SP desde a data de cada desconto e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da data da citação; condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos dos arts. 6º, VI, e 14, §1º do CDC, além do 186 e 927 do CC, cujo valor deverá ser corrigido pela Tabela Prática do TJ/SP desde a data deste julgamento e acrescido de juros de de 1% ao mês a partir da data da citação.”

No mesmo sentido: AC 1000173-16.2024.8.26.0115, Rel. Paulo Sérgio Mangerona e AC 1008337-02.2021, Rel. Rosana Santiso.

Frise-se que autora pleiteou na inicial reparo por dano moral no montante de R\$ 5.000,00 e foi atendida, não tendo consistência o inovador pleito trazido no apelo para se majorar a pretensão para R\$ 10.000,00 (fls. 12 e 108).

Ante o exposto, pelo meu voto, DOU PROVIMENTO ao recurso do autor, para: condenar a apelada ao pagamento de R\$ 5.000,00, a título de dano moral, com juros de mora desde o primeiro desconto indevido, por se tratar de responsabilidade extracontratual fundada neste ato ilícito, além de atualização monetária desde a publicação deste voto.

Os juros serão feitos pelo emprego da SELIC, nos termos do decidido pela E. Corte Especial do STJ no REsp 1.895.982/SP, até a geração de efeitos da Lei 14.905/24, quando então a atualização monetária será feita pelo IPCA, enquanto os juros serão calculados pela SELIC, abatendo-se o valor do IPCA.

Diante do resultado do julgado, somente a apelada fica responsável



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios, esses majorados para 15% sobre o valor da condenação, por força do artigo 85, § 11, do CPC.

Atentem as partes que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes, dará ensejo à imposição da multa prevista no artigo 1026, § 2º, do CPC.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim, nos termos das Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal.

**Domingos de Siqueira Frascino**

**Relator**